



TRIBUTAÇÃO SOBRE RENDA E GRANDES FORTUNAS: UMA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183, DE 2019

Autor(res)

Lorena Vale Pereira
Ana Clara Almeida De Sá
Laila Karine Da Conceição Silva
Yeda Alves Coelho
Orlando Bichiqui Junior
Beatriz De Assis Lima
Kenia Da Silva Varão
Andressa Kelma Da Silva Pereira
Bianca De Araújo Silva Barbosa
Rafaela Ferreira Alves
Evely Kyara Parga Costa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

A tributação sobre a renda e grandes fortunas é um tema de grande relevância e que vem gerando muitos debates no Brasil, especialmente em um contexto de desigualdade crescente. O Projeto de Lei Complementar nº 183, de 2019, surge como uma proposta inovadora e polêmica, visando a implementação de um imposto sobre grandes fortunas, uma medida que poderia redefinir a estrutura tributária do país. Este resumo expandido tem como objetivo analisar os principais aspectos do projeto de lei, como ele pode afetar a arrecadação de impostos e a trazer a justiça social, além de discutir as possíveis consequências econômicas e políticas se este for aprovado. Através de uma abordagem crítica, busca a compreensão da proposta, que se insere no debate sobre a igualdade tributária, destacando quais são os desafios enfrentados para sua efetivação prática.

Objetivo

Analisar a possibilidade de implementar o Imposto sobre Grandes Fortunas, objetivando a diminuição da desigualdade social no Brasil, obtenção de uma maior justiça tributária e o estímulo econômico. Além disso, discutir os critérios de incidência, impacto econômico, alíquotas progressistas e sobre a justiça social e redistributiva. Bem como as mudanças no comportamento dos contribuintes no contexto atual.

Material e Métodos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa em razão do objeto, através de pesquisa bibliográfica, fundamentada em uma revisão abrangente da literatura disponível. Para isso, utilizamos artigos acadêmicos



acessíveis online, com ênfase em publicações encontradas no Google Acadêmico, além de relatórios governamentais, artigos relevantes e leis complementares que se relacionam com o tema proposto. Para aprofundar a análise, o grupo de pesquisa foi dividido em subgrupos, cada um encarregado de investigar diferentes aspectos da temática. Essa divisão permitiu uma exploração mais detalhada e diversificada do tema. Adicionalmente, foram realizadas reuniões regulares como ferramenta de comunicação entre os integrantes do grupo para compartilhar informações, discutir o progresso da pesquisa.

Resultados e Discussão

O Projeto de Lei Complementar nº183/2019, propõe a implementação de um Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil. Esse projeto revela tanto aspectos positivos quanto desafios significativos. A implementação do IGF no Brasil enfrenta desafios consideráveis. Um dos principais é a complexidade administrativa. O cálculo e a fiscalização de grandes fortunas demandam recursos significativos e um sistema tributário eficiente, algo que o Brasil ainda precisa aperfeiçoar. A Receita Federal precisaria de investimentos em tecnologia para garantir a efetividade do IGF.

A justiça fiscal é um argumento forte a favor do projeto. A alta concentração de riqueza no Brasil gera desigualdade e impede o desenvolvimento socioeconômico equilibrado. A tributação sobre grandes fortunas é vista como uma medida justa para reduzir a desigualdade social no Brasil, um dos países com grande discrepância socioeconômica. Desse modo, a concentração de renda é um problema crônico, assim, o IGF poderia contribuir para uma distribuição mais justa dos recursos, financiando programas sociais e investimentos públicos que beneficiem a população em geral. Em suma, o Projeto de Lei Complementar nº 183 de 2019, representa uma tentativa de enfrentar a desigualdade de renda no Brasil por meio da tributação de grandes fortunas. Seus resultados dependerão de uma implementação cuidadosa que leve em conta os desafios administrativos e econômicos, além de políticas complementares para minimizar os efeitos negativos.

Conclusão

O Projeto de Lei Complementar nº 183, de 2019, apresenta propostas de tributação sobre renda e grandes fortunas que buscam promover uma maior justiça fiscal no país. A tributação sobre grandes fortunas pode ser uma importante ferramenta para aumentar a arrecadação do Estado e promover uma distribuição mais equitativa da riqueza. A ideia por trás do projeto é tributar de forma mais progressiva os contribuintes de maior renda e patrimônio, de modo a

reduzir as desigualdades socioeconômicas existentes. As possíveis vantagens aplacariam resultados nesses setores: equidade, justiça social e tributária, e sonegação fiscal. É muito importante também analisar sobre os impactos econômicos e sociais.

Referências

Regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas: a situação no Brasil e a experiência internacional. IPEA. Rio de Janeiro. Out. 2011. Disponível em <file:///C:/Users/gabri/Desktop/IPEA.pdf>. Acesso em 29 de out. 2020.

BUSSAMARA, Walter Alexandre. O STF e a Progressividade do IPTU. Revista Tributária e de Finanças Públicas. São Paulo. V. 100, set – out. 2011. 293 p.